

A propósito da discussão sobre como aplicar a Lei nº. 10.639/03 no Brasil:

As experiências vivenciadas por um intelectual cubano (2007-2010).

Pedro Alexander Cubas Hernández¹

Resumo: Neste ensaio descrevi os meus contatos iniciais desde o ano de 2007 com o debate sobre a aplicação da Lei 10.639/03 no Brasil. Além disso, fiz uma análise do meu trabalho durante dois minicursos oferecidos em Criciúma – Santa Catarina (2009 e 2010). Nessas atividades, fiz apontes sobre a perspectiva comparativa entre o Brasil e Cuba, assim como uma reflexão que desmistifica informações sobre a África fornecidas pela mídia nacional e estrangeira. A pergunta que me motivou a refletir posteriormente sobre aquelas atividades desenvolvidas tanto nas instituições docentes quanto nos outros espaços alternativos de discussão política foi: qual o nível de conhecimento sobre a Lei 10.639/03 dos professores, estudantes e ativistas sociais? A resposta inicial abordou o campo que defini como visível expresso numa visão/compreensão unidimensional dos artigos 26-A e 79-B dessa legislação federal pelos sujeitos sociais citados. Já a resposta complementar visou enfatizar no campo do invisível, ou seja, o político. Ambas as respostas se expressam no balanço da minha experiência explicando o que significaram tais atividades para o meu crescimento humano, intelectual e profissional.

Palavras-chaves: Lei 10.639/03; Brasil; Cuba; África; Nível de conhecimento.

Resumen: En este ensayo describí mis primeros contactos desde el año 2007 con el debate sobre la aplicación de la Ley 10.639/03 en Brasil. Además, analicé mi trabajo durante dos cursos libres ofrecidos en Criciúma – Santa Catarina (2009 y 2010). En esas actividades, expliqué la perspectiva comparativa entre Brasil y Cuba, así como una reflexión para desmitificar las informaciones sobre África publicadas por los medios masivos de comunicación nacional e internacional. La pregunta que me motivó a reflexionar posteriormente sobre aquellas actividades realizadas tanto en instituciones docentes como en otros espacios alternativos de discusión política fue: ¿cuál es el nivel de conocimiento sobre la Ley 10.639/03 de los profesores, estudiantes y activistas sociales? La primera respuesta abordó el campo que definí como visible que se expresa en una visión/compreensión unidimensional de los artículos 26-A e 79-B de esa legislación federal por los sujetos sociales citados. La respuesta complementaria enfatizó en el campo de lo invisible, o sea, lo político. Ambas respuestas expresan el balance de mi experiencia explicando la significación de tales actividades para mi crecimiento humano, intelectual y profesional.

Palabras claves: Ley 10.639/03; Brasil; Cuba; África; Nivel de conocimiento.

A propósito de la discusión sobre cómo aplicar la Ley 10.639/03 en Brasil: Las experiencias vividas por un intelectual cubano (2007-2010).

¹ Historiador, professor e ensaísta. Licenciado em História (Universidad de la Habana, 1996); Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre América Latina, o Caribe e Cuba (Universidad de la Habana, 2002); Especialista em Cultura Cubana (Centro Nacional de Superación para la Cultura, 2005); Doutor em Estudos Étnicos e Africanos (Universidade Federal da Bahia, 2011). pedritocubas@yahoo.com

A I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (Durban, 2001) não parece ainda ter em Cuba a mesma importância que tem no Brasil. O impacto desse evento para a população negra cubana não poderia ser comparado até hoje com a grande significação que teve para as lideranças do povo negro brasileiro. No processo de lutas sociais pós Durban, o governo do Brasil aprovou a Lei Federal nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (que altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) “... para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’...” além de continuar discutindo a questão das ações afirmativas. No período 2001 – 2007, eu estava desinformado desse processo histórico vivenciado pelos brasileiros. Nem sequer a minha primeira viagem ao Brasil me tirou da ignorância. Entre agosto e setembro de 2005 participei na VIII Fábrica de Ideias em Salvador da Bahia.

Contatos iniciais com o debate sobre a aplicação da Lei 10.639/03 no Brasil.

Quando voltei ao Brasil em agosto de 2007, com o objetivo de fazer um doutorado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia (PPGEA/UFBA), fiz uma apresentação oral no GT “História e Educação em Perspectiva Afro-Diaspórica” do Seminário Internacional Fábrica de Ideias: 10 anos de Experiência. A minha comunicação titulava-se “O tema racial, a escravidão e a África no ensino da história em Cuba”. Essa foi a minha primeira oportunidade para falar do nível da produção bibliográfica (feita por cubanos e estrangeiros) sobre os temas: África, Escravidão e Relações Raciais no meu país. Além disso, aquele grupo de trabalho me forneceu de algumas informações sobre o ensino da história nas universidades do Brasil. Mesmo assim, ainda eu não percebia que com meu interesse em partilhar as minhas experiências como intelectual negro cubano estava começando a contribuir só um pouquinho à aplicação da Lei nº. 10.639/03 no Brasil.

Realmente, a primeira ocasião que significou para mim uma tomada de consciência do que significava a importância de aplicar a Lei nº. 10.639/03 no Brasil aconteceu no Seminário África – Berço de Salvador, que sessionou durante a VIII Semana da Consciência Negra (novembro de 2007). Rosivalda dos Santos Barreto, professora e naquela época Vice-Diretora do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) me convidou para falar sobre como poderiam se “Pensar os significados culturais da África”. Depois fui chamado mais duas vezes

a essa instituição, a proposta de dita educadora, para oferecer os meus critérios sobre “O Legado africano em Cuba atual” no I Intercâmbio África Bahia (agosto de 2008) e para ministrar a palestra “Conceitos de Escravidão, Racismo e Apartheid: Brasil-África do Sul” como parte de uma colaboração com o Projeto Brasil – África do Sul (junho de 2010). Naquele tempo, também fiz uma apresentação oral intitulada “Uma breve olhada à Antologia da Música Afro-Cubana” na III Semana da África “África: dinâmicas sociais, políticas e culturais na contemporaneidade, um evento organizado pelos estudantes africanos e brasileiros da UFBA, que sessionou nessa instituição em maio de 2009. Só que nessa entidade docente, além de se falar sobre a Lei nº. 10.639/03, já ganhavam espaço as discussões no tocante à Lei Federal nº. 11.645/08, que visa “... incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’.”

Após essas experiências em Salvador – Bahia, comecei a me sentir mais preparado para um desafio profissional de maior nível de responsabilidade. Isto é, ministrar mini-cursos voltados para a aplicação da Lei nº. 10.639/03. Neste ensaio apresentarei de forma detalhada o meu trabalho durante dois minicursos oferecidos em Criciúma – Santa Catarina (2009 e 2010); e também explicarei o que ambas as experiências significaram para meu crescimento humano, intelectual e profissional.

A pergunta que me provocava refletir naquelas atividades que participei tanto nas instituições docentes quanto nos outros espaços alternativos de discussão política foi: qual o nível de conhecimento sobre a Lei nº. 10.639/03 dos professores, estudantes e ativistas sociais? A minha primeira resposta está focada no campo do visível, pois me indicava que existia um conhecimento amplo. Até, porque, esta lei ordinária estabeleceu no seu artigo 79-B que “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”, o qual significava uma abertura institucional não só para comemorar tantos séculos de luta social, mas também para testemunhar a nossa autoestima como povo negro. Além disso, quando promovi uma discussão em Criciúma sobre o artigo 26-A teve uma boa troca de idéias com os colegas. Dito item da lei afirma que “... torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” tanto no ensino público quanto no ensino privado. O ponto chave que coloquei é que esse termo “obrigatório” era importante para que o espírito da lei fosse cumprido pelas instituições. Mas, adverti que se deveria tomar cuidado com o uso dessa palavra em sala de aula para que os estudantes não perdessem o interesse no aprendizado da nova disciplina. Realmente, resulta difícil motivar um aluno para acessar ao conhecimento sob a base da coação. Nessa perspectiva analítica, que priorizava as relações intersubjetivas,

realizei as minhas atividades em Criciúma.

(Re) socializando conhecimentos sobre Cuba e África através de mini-cursos.

Convidado pela professora Geórgia dos Passos Hilário da equipe da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial em Criciúma, Santa Catarina (COPIRC), eu tive a oportunidade de ministrar dois minicursos de extensão em 2009 (patrocinado pela Prefeitura Municipal de Criciúma e a Secretaria Municipal de Educação); e em 2010 (sob o patrocínio da Fundação Cultural Palmares). A Casa do Professor “Paulo Freire” –sede da COPIRC– foi o cenário desses eventos que marcaram um momento da minha aprendizagem sobre um país como o Brasil.

O primeiro minicurso foi: “(Re) pensando as Relações Raciais em Cuba Atual: Semelhanças e Diferencias com o Brasil de Hoje” (2009). As minhas motivações principais eram: apresentar a situação de Cuba ao respeito das relações raciais num processo social autodenominado revolucionário, que ainda é reconhecido a nível internacional; dialogar sobre a realidade da população negra no Brasil; explicar os níveis de importância do pensamento negro universal e suas contribuições para propor fazer melhores articulações de ações e políticas públicas que garantam a promoção de uma verdadeira igualdade social tanto no Brasil quanto em Cuba.

Inicialmente, promovi uma reflexão sobre a operatividade de vários itens gerais que considero importantes para a análise das relações raciais em sentido geral, tais como: racismo, relações hierárquicas e de poder racializadas, relações sócio-classistas, preconceito racial, perspectiva de gênero, orientação sexual, funcionamento dos estereótipos, diversidade religiosa, ações de intolerância e práticas de xenofobia. Daí, sugeri outra discussão voltada para um ensaio tipológico dos racismos sutis através da explicação de três conceitos: racismo anti-negro, racismo institucional e racismo epistêmico que ajudam a pensar de forma contextualizada o alcance do racismo como fenômeno social, econômico, político, cultural e ideológico que continua a atingir as relações raciais tanto no Brasil quanto em Cuba.

Ao utilizar o conceito racismo antinegro, concordo com a proposta do professor Henrique Cunha Junior de se pensar o racismo não só “... como uma categoria genérica, mas sim como específica...” que ajuda a explicar os processos de dominação, inferiorização, estigmatização e invisibilização sofridos pela população negra em países da diáspora africana como o Brasil e Cuba. (CUNHA JUNIOR, 2006).

Para entender o termo racismo institucional parto da explicação do advogado Arivaldo Santos de Souza, que baseava seu ponto de vista conceitual na ação das políticas institucionais que, mesmo sem uma intencionalidade racista, produzem conseqüências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais ao respeito de fazer valer os seus direitos (SOUZA, 2011, p. 79).

O racismo epistêmico é concebido pelo sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel como um dos racismos mais invisibilizados, que opera privilegiando a tradição e identidade de pensamento e os pensadores (homens brancos) ocidentais, que só acham legítima sua produção de conhecimentos e acreditam como única sua capacidade de acesso à universidade a aos critérios da verdade científica. Assim, tentam inferiorizar os intelectuais não ocidentais (GROSGOUEL, 2007, p. 32).

Os três conceitos apresentados validam a reflexão do professor Carlos Alfredo Hasenbalg, que nos ajuda a entender qual a importância de saber como falar de racismo hoje. A seu ver: “a persistência histórica do racismo não deve ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominante no presente” (HASENBALG, 1979, p. 11). Em Cuba ainda se pensa o racismo, desde o campo da ideologia, como uma mera herança do colonialismo e do capitalismo, mas não como um fenômeno que foi se aprofundando no processo de construção do socialismo.

Outro elemento essencial que complementa as reflexões anteriores sobre racismo e as relações raciais foi o tocante aos principais marcadores de racialização na modernidade, tais como: a cor da pele (que garantiu a credibilidade de manter as hierarquias sociais), o fenótipo (os traços biológicos que diferenciam os seres humanos), a pertença a um determinado grupo étnico, o culto a religiões não cristãs (considerados deuses falsos, fracos, equivocados e satânicos), os hábitos culturais, os modos de vestir e as formas de condutas sociais (que ultrapassam o padrão estabelecido pelo poder dominante). As análises do sociólogo Oracy Nogueira sobre o que denominou preconceito racial “de marca” e preconceito racial “de origem” foram úteis para compreender inicialmente esse complexo problema no Brasil e para pensar também a situação cubana (NOGUEIRA, 2006, p. 292-304).

Tudo isso continua vigente nas sociedades brasileira e cubana. Até, porque, ainda estão sendo reforçados pelos mitos fundacionais de cada nação. Isto é, a idéia da miscigenação como eixo positivo de matriz nacional partilhada pelo Brasil e Cuba desde a primeira metade do século XX. Nessa perspectiva, partilhei uma pergunta com os colegas: por que o meu interesse de comparar o Brasil e Cuba? Naquele instante, estava quase na metade dos meus estudos

doutorais e ainda minha resposta levava em consideração só quatro aspectos:

- São sociedades pós-coloniais marcadas pelo passado escravista.
- Foram os últimos países de América em abolir oficialmente a escravidão: Cuba (1886) e o Brasil (1888).
- Tem traços culturais similares principalmente da matriz africana (fundamentalmente na música e na religião).
- As elites políticas e intelectuais expressaram um discurso que defendeu a existência de uma forma de proceder definida como “democracia racial”, segundo a perspectiva dos brasileiros; e da igualdade, fraternidade e/ou harmonia raciais, segundo o ponto de vista dos cubanos. Tudo isso estava sustentado desde o campo da jurisprudência.

Após esse minicurso, aprofundi no terceiro item reconhecendo que o Brasil e Cuba tinham também similitudes culturais devido a uma marcante influência europeia. Além disso, consegui continuar problematizando estes argumentos e incluir outros aspectos relevantes, tais como:

- A transição dos escravos a trabalhadores assalariados com direito ao exercício pleno da cidadania gerou debates políticos sobre os tipos de imigração desejável (europeia) e indesejável (africanos, asiáticos e até os afro-americanos no caso brasileiro) para contribuir ao desenvolvimento social, econômico e cultural desses países.²
- A importância do papel desempenhado pelos intelectuais como consciência crítica e, por momentos, como ideólogos dessas sociedades liberais e burguesas.
- A livre circulação das ideias, doutrinas e teorias da ciência moderna, das quais se apropriaram os intelectuais para pensar na construção de nações baseadas no estilo eurocêntrico.

Mas, isso não parou aí, pois após esse minicurso comecei a enxergar que nessas similitudes apresentadas existiam diferenças marcantes que poderiam ser explicadas analisando detalhadamente as dinâmicas históricas do Brasil e de Cuba. Isto é, as complexidades de ambos os processos de abolição da escravidão no século XIX, as diversas

² Em Cuba a imigração dos antilhanos (de Jamaica, Haiti e outras ilhas do Caribe) foi o resultado das motivações econômicas dos magnatas do açúcar. Porém, não foi exatamente indesejável, mas também não foi totalmente desejável.

influências culturais africanas no campo religioso e o jeito assimétrico de assimilar os alcances das práticas intelectuais europeias, por citar três exemplos destacados. (CUBAS, 2011, p. 15-16).

A possibilidade de falar sobre Cuba em qualquer ambiente do Brasil resulta especial pelo interesse que gera meu país, no qual está baseado em uma admiração pelo seu caráter guerreiro que inclui suas conquistas de justiça social. Mas, também pelo baixo nível de conhecimento da população brasileira sobre a realidade encarada pelos cubanos no seu cotidiano. Então, tracei um perfil geral de Cuba que facilitasse para os colegas uma compreensão inicial da situação atual do meu país:

- Sociedade com uma orientação ideológica socialista liderada pelo Partido Comunista de Cuba (PCC) num sistema político presidencialista e uni-partidarista. Mas, nas dinâmicas do cotidiano estão presentes aspectos de tipo capitalista, que favorece um grupo minoritário (isto é, lideranças da máxima estrutura política e administrativa, famílias com alto poder econômico, empresários estrangeiros residentes no país), e afeta os setores mais pobres que são maioria.
- Sociedade republicana baseada em práticas inclusivas, mas as relações raciais podem dizer o contrário em vários momentos. Aqui operam fundamentalmente os conceitos racismo anti-negro e racismo institucional mesmo que a liderança histórica e os seus seguidores continuem afirmando o contrário.
- Sociedade com uma diversidade racial, cujas relações intersubjetivas historicamente são muito problemáticas e complexas até o ponto de existir desigualdades sociais que envolvem as mulheres, os jovens, os homossexuais e os negros. Todos e cada um deles submergidos em um universo muito competitivo:
 - Acesso a ótimos empregos no setor turístico (incluindo cargos de administração e chefia).
 - Possibilidades de trabalho nas empresas mistas (capitais nacional e estrangeiro).
 - Acesso à riqueza gerada pelos empregos remunerados com divisas, e as remessas de familiares que moram no exterior.
 - Problema sério de moradia em Havana, a capital do país.
 - Marcantes níveis de pobreza da população.

Tudo isso pode ser conferido no documentário “Raza” do cineasta Eric Corvalán Pellé (2008), do qual apresento algumas frases ditas por homens e mulheres, brancos e negros nas ruas de Havana, que visualizam as vibrações do cotidiano da população cubana. A pergunta inicial expressa pelo diretor dessa peça cinematográfica foi: “existe racismo em Cuba?”:

- Os mesmos negros se racializam (*racean*)...
- Os negros como eu se sentem discriminados pela polícia, nos hotéis e nos lugares onde a gente paga com moeda livremente conversível (CUC: padrão dólar)...
- Não é necessário falar do racismo exibido nas brigas entre negros e brancos, mas sim do racismo escondido e hipócrita que só quer mostrar artistas e pessoas brancos na televisão e para mim já chega dos brancos...
- Aqui todos são tratados com igualdade, pois os negros e os brancos têm o mesmo estatuto social...
- Se for analisada objetivamente a nossa sociedade e as leis que existem nela, então aqui não têm racismo não...
- Não sei não o que posso te dizer...
- Não me moleste com essa brincadeira...
- Por favor, pare com isso... (CUBAS, 2009, p. 44-45).

As respostas apresentadas revelam algumas questões chaves sobre Cuba. Até, porque, tem sido reconhecido que o racismo faz parte do universo cultural e ideológico do meu país mesmo que exista uma obra revolucionária de justiça social. Isto se converteu num problema político desde 1959 na hora de debater o tema das relações raciais, e ainda hoje existe um monólogo e não um diálogo verdadeiramente sério e comprometido entre todas as partes envolvidas no processo nacional. Discutir publicamente o problema racial está proibido para os ativistas negros que não concordam com o governo cubano, que os reprime. Portanto, não tem condição de falar de diálogo quando são excluídos vários pontos de vista, chamados de “não oficiais” e “politicamente incorretos”, que poderiam aportar muito a um rico debate nacional.

Resulta difícil disfarçar que os negros cubanos têm uma participação subalterna (e às vezes invisível) no aproveitamento de alguns tipos de riqueza gerados em vários setores da economia nacional. Isso acontece também nas estatísticas sobre raça/cor da pele da população cubana que são muito problemáticas, pois sempre ocultam algumas verdades. Isto é, minimizar

nos Censos a presença dos negros em Cuba. Nos últimos anos, o presidente Raúl Castro decidiu promover uma presença maior de negros e negras no mais alto setor do poder partidário para dizer/mostrar que os critérios deles/delas também têm importância para o nosso país. Mas, realmente, os negros continuam sendo figuras decorativas sem capacidade real na tomada de decisões relevantes que definam o curso da nação. Nessa perspectiva se expressou a pesquisadora Maria Ileana Faguaga Iglesias fazendo a crítica seguinte:

[...] Necesitamos figuras negras, si, pero de pensamientos y acciones coherentes con nuestra verdadera historia de opresiones y resistencias, de luchas y de omisiones, de represiones y crecimiento. Necesitamos que lleguen al poder aquellos aptos para desplegarse como sujetos sociales colectivos... (FAGUAGA, 2011, p.09).

Contudo, segue sendo marcante o baixo nível de conhecimento da população cubana sobre alguns proeminentes negros e suas contribuições para a cultura nacional. Por isso, lhes resulta difícil entender os impactos reais dos eventos históricos, cujos protagonistas principais foram os negros. Além disso, o componente africano continua sem ter o lugar privilegiado na cultura cubana que está reservado só para o legado espanhol (incluindo outros países ocidentais). Os discursos e narrativas sobre a mestiçagem/miscigenação à cubana reforçam essa situação sofrida até hoje pelos negros cubanos. A subvalorização do legado africano não é um problema de Cuba, mas um traço importante no cotidiano da diáspora. Minha experiência de vida no Brasil e o conhecimento da realidade social e cultural de outros países da América (Estados Unidos, Colômbia, Equador, Venezuela, etc.) me permitem entendê-lo com clareza.

O segundo minicurso foi: “África na sala de aula: três propostas para motivar melhor aos estudantes” (2010). O evento anterior tinha sido prestigiado por um público heterogêneo e, nesta ocasião, a atividade estava direcionada para os professores da rede pública estadual de Santa Catarina, especificamente os trabalhadores do município de Criciúma. Os colegas que matricularam nesse minicurso tinham a responsabilidade de dar aulas sobre questões de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio.

A discussão principal daquelas sessões de trabalho grupal era como aplicar a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 no sistema brasileiro de ensino público. O alvo do debate foi a sala de aula como *locus*, no qual acontece um ato de comunicação primária. O professor e os estudantes são os protagonistas dessa relação intersubjetiva, que ressalta uma troca de saberes sob a liderança do docente. A função essencial dele é ser, além de emissor, divulgador e formador, um intermediário entre os conhecimentos produzidos (incluindo os valores éticos e

a sabedoria do cotidiano) e o elemento receptor, que nem sempre é tão inexperiente: os alunos/estudantes.

Um professor deve dar muita importância aos interesses cognoscitivos que os alunos têm. A partir daí é preciso que trabalhe utilizando toda sua habilidade para conseguir manter e até acrescentar os interesses de superação intelectual dos discípulos. Isto é, a motivação. Desse jeito, a comunicação/relação aluno – professor terá ótimos resultados e ambos os ganharão com essa troca dialógica, respeitosa, generosa e solidária.

Levando em consideração tudo o dito anteriormente, articulei três propostas para refletir com os colegas sobre como motivar os estudantes no estudo da história da África e do seu legado no Brasil que testemunha um orgulho de ser afro-brasileiro. Esse vocábulo está relacionado com o termo genérico Afrodescendente e trata-se de uma identidade (hifenizada) diferenciada que vivencia um complexo processo de construção constante, no qual interagem a troca de saberes e de sentimentos, a negociação e resolução de conflitos sociais e pessoais e, às vezes, os traços de autonegação subjetiva.

Não entanto, compreendi logo que para conseguir motivar os alunos em sala de aula seria necessário que os professores fossem mais comprometidos com a sua própria superação profissional. Assim, seria mais produtiva a socialização dos conhecimentos sobre o tema africano, cuja complexidade não é bem entendida pela grande maioria aqui no Brasil. Os itens que apresentei para os professores de Criciúma foram construídos a partir de uma crítica a três narrativas do cotidiano – superdimensionadas pela mídia brasileira e internacional – que mostram como é entendida a África não só no neste país, mas também em outras nações de América e do mundo:

- África é um país subdesenvolvido onde moram pessoas famintas.
- África é um lugar pouco importante para a cultura universal.
- África é só uma floresta onde moram animais selvagens.

Esses exemplos apresentados são passados todo dia para a população brasileira através dos meios de comunicação social (televisão, imprensa), que mostram cenas dolorosas e desagradáveis que acontecem em alguns países da África. A manipulação dessas notícias contribui à criação/reprodução de um olhar tergiversado sobre o continente africano. Porém, o primeiro desafio para superar essa invisibilização da África é fazer uma crítica profunda a esses pontos de vista mediáticos. As minhas três propostas foram discutidas nessa perspectiva:

I. África não é um só país, mas um continente diverso e complexo

Para explicar melhor este item decidi comprovar primeiramente qual o nível de conhecimento desses professores sobre a geografia da África. Coloquei na tela um mapa mudo, mas com os traços das fronteiras atuais bem definidas. Então, formulei duas perguntas a todos os participantes do minicurso: 1) qual o país da África que você gostaria muito de visitar? 2) qual o país da África que você mais odeia? Cada um dos participantes respondeu segundo as suas preferências explicando as razões das suas escolhas. Assim, desenvolveu-se a parte inicial da nossa dinâmica grupal. Houve duas nações preferidas por eles: Egito (pelo seu aporte à história universal durante a era dos faraós) e África do Sul (por ter sido a sede da última Copa do Mundo de futebol, primeira efetuada na África, nesse ano 2010). Então, passamos à segunda parte da “brincadeira” ou jogo profissional, na qual pedi a cada colega que fosse ao mapa para localizar o país africano que desejava conhecer. Para minha surpresa somente foram capazes de localizar Egito e mostraram muita dificuldade para localizar África do Sul. Até houve quem falou que achava que África do Sul era toda a região meridional africana que inclui países como Namíbia, Botsuana, Suazilândia ou Lesoto.³ Outro problema que percebi foi a dificuldade para identificar no mapa os países luso-falantes como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Daí, recomendei um estudo profundo sobre cada mapa da África: político (visualizar as nações que compõem esse continente, incluindo arquipélagos como Cabo Verde e ilhas como Madagascar); econômico (observar a grande quantidade de riquezas minerais, agrícolas, energéticas); físico (advertir os principais traços da natureza de cada região: rios, lagos, montanhas, desertos, florestas) e demográfico (notar a densidade populacional do continente). Além disso, expliquei para eles que existe outro tipo de mapa traçado sob a base da tradição cultural que leva em conta questões-chaves como religião, grupos étnicos, música, literatura, arte.

II. África tem nações ícones continentais e mundiais

A África é um continente atraente pela sua beleza, diversidade e complexidade. Mas, também pela sua história, que precisa ser mais bem explicada e analisada nas escolas e nas

³ Detalhe: Suazilândia, uma boa parte, e Lesoto, completamente, estão dentro do território da África do Sul, mas são países independentes.

universidades. A prática de ensino em países como o Brasil e Cuba ainda está dominada pela troca de saberes que prioriza a matriz ocidental. Os planos de estudo da disciplina nomeada História Antiga destacam Grécia e Roma como berços e baluartes da cultura universal e até dão uma participação “destacada” a China, Mesopotâmia, Índia e Egito. Por isto, às vezes se fala da (ou se pensa a) civilização egípcia da era faraônica como se não fizesse parte da África e sim da Europa. Em outras ocasiões Egito é mencionado como se fosse a única civilização importante na África. Ambas as colocações são falsas. Na época antiga, Cartago (situada no atual território da Tunísia) encarou Roma, que acudiu a muitos recursos militares e políticos para derrotá-lo e destruí-lo. Além disso, pouco se fala do esplendor de impérios estruturados posteriormente, tais como Gana, Mali, Songhai e Oyo por citar quatro na região ocidental da África.⁴ Mas, ditas formações pré-capitalistas não recebem a mesma atenção curricular gerada pela magnificência da etapa faraônica, principal argumento para que Egito se tornasse um ícone cultural continental e mundial segundo o padrão ocidental. Sob essa premissa apresentei para os colegas mais outros ícones africanos:

- a) Libéria transitou de uma colônia negra, sob a influência do movimento “filantrópico” *Back to Africa* nos Estados Unidos, a uma nação soberana. A primeira imigração de negros livres e libertos chegou em 1822. Anos depois, uma elite política fez uma declaração de independência em 1847, que foi reconhecida pelos Estados Unidos, Inglaterra, França e mais outros países. Assim, seu funcionamento como República independente começou no ano seguinte com o governo liderado por Joseph Jenkins Roberts (DUNN–MARCOS; KOLLEHLON; NGOVO; RUSS, 2005, p. 5-12; LIMA E SOUSA, 2008, p. 20-21).
- b) Etiópia – denominada historicamente Abissínia – é um país com uma história interessante no tocante ao político e religioso; e vivenciou a experiência de ter sido formado sem o controle das principais potências européias. Mas, no período prévio à II Guerra Mundial, Etiópia sofreu a ocupação da Itália (1936-1941). Naquele momento histórico, após a invasão italiana (1935), cresceu internacionalmente a figura do Imperador Haile Selassie I, que fez sua denúncia perante a Liga das Nações. Segundo Ali A. Mazrui, a partir desse ano, “... a Etiópia descobriu-se, ela própria, como realmente participante da condição africana [...]”. As mostras de solidariedade dos povos africanos e dos negros de América

⁴ Aquele lugar que ocupava o Império do Gana nada tem a ver com o território atual da nação ganesa. Aquele Império ficava ao Norte de Gana ocupando porções dos atuais países Mauritânia e Mali. No caso do Mali é possível dizer que o território do antigo Império atingia a maior parte dessa nação e incluía regiões dos atuais países Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacri, Costa do Marfim e Níger. O rio Níger foi muito importante para a vida de ambos os impérios.

contribuíram à conscientização da liderança nobre etíope que deixou de se pensar como pertencente ao Oriente Médio (MAZRUI, 2010, p. 8-9).

- c) África do Sul foi um lugar cobiçado pelos europeus: os bôeres (colonos calvinistas holandeses, flamencos, alemães e franceses) rivalizaram com os britânicos pelo controle das riquezas minerais no fim do século XIX. A consolidação do poder de uma minoria branca foi traduzida na geração do sistema de segregação racial denominado *apartheid* para controlar a maioria nativa por meio da coerção ideológica e a violência física até cometer genocídios (CHANAIWA, 2010, p. 297- 299).

III. África não é só floresta, pois faz parte da era da globalização neoliberal

Muitas vezes a mídia representa a África como aquele lugar que só tem floresta, animais ferozes, mulheres nuas com filhos no colo ou nas suas costas e crianças desnutridas e famintas. Os cartazes que anunciam uma atividade científica (palestra, colóquio, seminário) sobre a África reproduzem as práticas e estratégias dos meios massivos de comunicação social. Um desenho animado como “Kirikú” mostra uma criança inteligente que virou um pesadelo para uma feiticeira em algum lugar do mato africano. Realmente, o continente africano apresenta diversos atrativos naturais e até turísticos que são admirados no mundo: as cataratas do lago Vitória, o Cabo da Boa Esperança, o deserto do Saara e o monte Kilimanjaro (ponto mais alto da África), por citar quatro exemplos. Mas, a África tem outras coisas interessantes para nos mostrar, tais como cidades com um bom nível de urbanização: Harare (Zimbábue), Nairóbi (Quênia) e Dar es Salaam (Tanzânia); cidades com presença no mundo financeiro: Joanesburgo (África do Sul); cidades destacadas no negócio da construção de edifícios: Luanda (Angola); cidades com luxuosas instalações hoteleiras voltadas para o turismo internacional: Cairo (Egito); cidades com um desenvolvimento do transporte público: o Metrô de Túnis (Tunísia). No entanto, é importante ressaltar que nesses lugares de progresso econômico que desfruta uma minoria existe muita pobreza também, sobre todo em bairros como: Soweto e Khayelitsha Slum (ambas na África do Sul) e Kibera (Quênia). Na África também existem outros problemas globais como a corrupção.⁵ Segundo os dados

⁵ Entendida como as ações sociais e políticas que geram mais pobreza; que maximizam os privilégios e minimizam os direitos; que impedem o desenvolvimento socioeconômico baseado na equidade; que bloqueiam o acesso da população à informação, ao desfrute a um serviço público de qualidade, à segurança proporcionada por um funcionamento efetivo da justiça; que evitam a transparência nos negócios e procedimentos administrativos; e à promoção de mais investimentos nas áreas da educação e da saúde. (TRANSPARENCY

fornecidos pela ONG Transparência Internacional, Somália foi o país com maior nível de corrupção no setor público das nações do mundo durante o ano 2011, e Sudão faz parte dos 10 países mais corruptos do planeta, já que ocupa o sétimo lugar entre 183 nações e territórios pesquisados. (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2011b). Outro problema global é a democracia, que neste ensaio defino como o exercício das relações sociais e políticas promovidas pelas elites e lideranças, cujo esquema formal moderno (triple poder descentralizado: executivo, legislativo e judicial) auto-declarado defensor dos direitos humanos que sempre mostra suas tensões com as práticas de autoritarismo civil e militar (ditadura), que também acontecem num sistema político auto-titulado democrático. A África apresenta hoje um panorama político, no qual destaca a existência de governos democráticos na grande maioria das nações do continente. Essa informação foi fornecida por Ana Rita Martins no portal Nova Escola, onde visualizou dois mapas dos anos 1990 e 2010 em perspectiva comparativa. A tese central da análise de Martins (2010) é que em 20 anos aconteceu um processo de democratização na África no sentido que defini acima. Mas, existem exceções como Egito que sempre foi considerado um estado democrático apesar do regime de Hosni Mubarak (ficou por quase 30 anos como chefe de Estado após várias re-eleições). Paradoxalmente, Líbia nunca foi considerada um estado democrático quando esteve sob o controle de Muammar al-Gaddafi por mais de quatro décadas. Desde 2011, ambos os países árabes estão num processo de transição à democracia globalmente reconhecida. Outro caso é Guiné-Conacri, onde a constituição esteve suspensa a partir do ano 2008. As primeiras eleições democráticas nesse país aconteceram no fim de 2010 (após a publicação do material de Martins). Tudo isso demonstra que a África faz parte de nosso mundo globalizado. Mas, os problemas globais como pobreza e corrupção não são congênitos da/inatos à África como informa a mídia e fala a população que mora longe dali. Por isso, sugeri aos colegas um estudo profundo da história da África contemporânea para entender as causas desses e outros problemas chamados hoje de globais (incluindo a democracia e a migração), que várias décadas atrás começaram atingir o continente africano.

Além de aprofundar nesses três exemplos, considero preciso explicar que houve (e ainda existem) pessoas na África que tem dado uma contribuição à cultura universal: Fela Kuti foi um destacado saxofonista e ativista político nigeriano que criou o gênero musical *afrobeat* nos anos 70; a ativista política e ecologista Wangari Maathai (Quênia) foi a primeira mulher africana em receber o Prêmio Nobel da Paz (2004) e a atleta Hassiba Boulmerka

(Argélia) é a única africana que ganhou o Prêmio Príncipe de Astúrias (1995); Max Theiler (África do Sul) foi o primeiro africano que obteve o Prêmio Nobel de Medicina em 1951 como reconhecimento a sua pesquisa sobre as vacinas efetivas contra a febre amarela. Além disso, em Ouagadougou, uma cidade de Burkina Faso acontece anualmente o Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão (FASPACO), que promove o melhor da produção midiática africana. Esses exemplos positivos e outros que não citei demonstram o valor que os países da África têm e, portanto, deveriam ser mais valorizados e divulgados no nosso povo negro diaspórico que pode sentir orgulho da sua própria afrodescendência.

Balanco da minha experiência.

A discussão pública sobre a aplicação da Lei nº. 10.639/03 no sistema de ensino do Brasil é um elemento positivo. Instituições estaduais como o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) em Salvador e organizações municipais da sociedade civil como a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial em Criciúma (COPIRC) tem sido dois espaços de debate, mas não os únicos que existem no país. Mesmo assim, volto a refletir sobre a pergunta qual o nível de conhecimento sobre a Lei nº. 10.639/03 dos professores, estudantes e ativistas sociais? A resposta inicial explorou o campo que denominei visível expresso numa visão/compreensão unidimensional dos artigos 26-A e 79-B pelos sujeitos sociais citados. Mas, minha segunda resposta visa enfatizar no campo do invisível. Isto é, o político. Neste sentido, estou interessado em comentar os itens que ampliam o artigo 26-A (negritas do texto original):

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

O primeiro item sugere argumentos políticos, ideológicos, sociais, econômicos e culturais para a construção de conhecimentos voltados para a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira. Mas, o segundo item parece colocar limites na aplicação da Lei nº. 10.639/03, pois somente incita a serem desenvolvidos nas áreas de Educação Artística, Literatura e História. Porém, deixa num plano secundário as possibilidades que oferece a

riqueza de outros campos do saber, tais como: Matemática, Ciências, Religião e Geografia. Isto parece não ser bem aproveitado no ensino fundamental e médio, pois tradicionalmente funciona de uma forma esquemática dando pouco espaço a aproximações holísticas. O nível superior tem avançado na tentativa de integrar esses conhecimentos diversos no estudo do legado africano e da contribuição da população afro-brasileira sob um enfoque educativo. Mesmo assim, apesar dos esforços feitos é preciso aprofundar o caminho percorrido até hoje na luta contra os principais racismos sutis (antinegro, institucional e epistêmico).

Portanto, o nível de conhecimento da Lei nº. 10.639/03 voltado para a sua aplicação prática parece apresentar uma assimetria comportamental entre os professores de ensino fundamental e médio e os de educação superior. O eixo está no nível de consciência política que cada sujeito tem seja qual for seu lugar de trabalho (setor público federal/estadual e iniciativa privada). Minhas experiências em Salvador (CMLEM e UFBA) e Criciúma (COPIRC) me fizeram enxergar isto que nem sempre é tão obvio. Além disso, os ativistas sociais (que não todos são militantes de organizações políticas ou de movimentos sociais) parecem mostrar um maior nível de conhecimento e, nesse sentido, os considero melhor posicionados para conscientizar à população brasileira sobre a importância da aplicação efetiva dessa Lei para o futuro da nação. Mas, eles/elas precisam explicar convincentemente que esse regulamento federal não é exclusivo para os negros, mas para melhorar a educação e atingir a sensibilidade do povo brasileiro. Aí não só começam a serem traçados os pontos de reflexão e discussão sobre como aplicar com maior efetividade essa norma, mas também a articulação das propostas concretas.

A discussão da aplicação da Lei nº. 10.639/03 tem influenciado no meu crescimento como homem afro-cubano no pessoal e profissional, pois é uma oportunidade de fazer parte de uma frente de luta contra o racismo (seja antinegro, institucional e epistêmico). Neste sentido, considero que as minhas ações expressam a possibilidade que esta Lei propicia para fomentar um diálogo com as realidades que acontecem paralelamente em outros países da América como Cuba. Neste espaço diaspórico, que une os brasileiros com os cubanos e outros países, os negros defendemos a consciência e a honra de ser diferentes (autoafirmação); promovendo um pensamento sob a base da produção dos nossos próprios conhecimentos; praticamos o entendimento e o respeito pelo ser humano oferecendo hospitalidade a todos por igual (segundo a afirmação do filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres), e também testemunhando humanidade e dignidade (como expressou o filósofo chileno Helio Gallardo).

Referencias

- CUBAS, Pedro A. H. Entre ademanes de lo posible y ardidés de lo permitido. Hablar de racismo en Cuba. **Encuentro de la Cultura Cubana**. Madrid, n. 53-54, p. 44-56, 2009.
- _____. **O Brasil e Cuba, 1889/1902-1929**: o debate intelectual sobre as relações raciais. Salvador, 2011. Tese (Doutorado em estudos étnicos e africanos) – Programa Multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos, Universidade Federal da Bahia.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Metodologia afrodescendente de pesquisa. Mimeo, 2006.
- CHANAIWA, David. A África Austral. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.) **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-334.
- DUNN–MARCOS, Robin; KOLLEHLON, Konia T.; NGOVO, Bernard; RUSS, Emily. Liberians. An Introduction to their History and Culture. **Culture Profile**, Washington DC, n. 19, p. 1-74, abr. 2005.
- FAGUAGA, María I. I. Cuba: poder Blanco en un país negriblanco: ¿Finalmente, llegan los negros a poder en Cuba? **Islas**, Miami, a. 6, n. 18, p. 7-18, jun. 2011.
- GROSFUGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59 n. 2, São Paulo, p. 32-35, abr. – jun. 2007.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Lei Federal n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acessado em: 03 set. 2012.
- Lei Federal n. 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acessado em: 03 set. 2012.
- LIMA E SOUZA, Mônica. **Entre margens**: o retorno à África de libertos no Brasil 1830–1870. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.
- MARTINS, Ana Rita. Aumenta o número de países democráticos na África. **NOVA ESCOLA**, 2010. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/aumenta-numero-democracias-continente-africano-606260.shtml?page=2>>. Acessado em: 29 ago. 2012.
- MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.) **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-29.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.
- SOUZA, Arivaldo de Souza. Racismo Institucional: para compreender o conceito. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3, p. 77-87, nov. 2010 – fev. 2011. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/39/82>>. Acessado em: 04 ago. 2016.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Annual Report 2011a. Disponível em: <<http://www.transparency.org/whatwedo/publications>>. Acessado em: 04 set. 2012.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. The global coalition against corruption. Corruption

Perceptions Index 2011. The perceived level of public-sector corruption in 183 countries/territories around the World. 2011b. Disponível em: <http://lista10.org/wp-content/uploads/2011/12/4_CPI2011_map.pdf>. Acessado em: 29 ago. 2012.

Filme:

CORVALÁN, Eric Pellé. **Raza**. La Habana: Centro Memorial Martin Luther King (CMMLK), Instituto Superior de Arte (ISA), Delfín, 2008. 35 minutos.

Recebido em: 17 de Agosto de 2016.

Aprovado em: 11 de dezembro de 2016.